

Produção de riquezas, atratividade e bolsa família

A agricultura familiar no semi-árido brasileiro

Celso Antonio Favero¹

RESUMO: Que alterações são promovidas nas estruturas e nas dinâmicas das sociabilidades e dos territórios dos agricultores familiares do semi-árido do Nordeste do Brasil e, especificamente, no Território Bacia do Jacuípe, no semi-árido da Bahia, pela apropriação e uso do dinheiro de programas públicos de transferência de renda como o Bolsa Família? Nas últimas décadas, o rural do semi-árido nordestino passa por profundas transformações econômicas, políticas e sociais e pelo aprofundamento das suas heterogeneidades que são polarizadas, no plano mais geral, com a formação de "territórios de produção de riquezas", num extremo, e, no outro, de "territórios de atratividade" ou de transferência de renda. Nesse contexto, se, por um lado, todos os territórios são crescentemente subordinados à lógica do capital que se manifesta excelentemente através do dinheiro, por outro, são distintos, nos dois tipos de territórios, os dinheiros, os modos de apropriação e os usos que deles se faz. O Território Bacia do Jacuípe vem sendo cada vez mais estruturado e movido por dinheiros originados de transferências públicas e não da produção de riquezas, o que induz mudanças nos âmbitos dos sistemas de objetos, de ações (inclui a produção de objetos) e de representações sociais, dando origem a novas ruralidades ou novos territórios de vida. Os conceitos de sociabilidade, trajeto, desencaixe e dinheiro orientam o trabalho, o que sugere a necessidade de estruturar o pensar a este respeito em termos de uma sociologia do cotidiano articulada a uma sociologia do dinheiro.

PALAVRAS-CHAVE: dinheiro, sociabilidade, território, trajeto, desencaixe.

ABSTRACT: What kind of change would be promoted in the sociabilities structures and dynamics as well as in the familiar agriculture territories of the Brazilian Northern semi-arid, mainly in the Jacuípe Bay Territory, located in the state of Bahia by the appropriation and use of money public programs of income transference such as Bolsa Família? In the last decades, the rural area of semi-arid region is undergoing profound economics, political and social changes. as well as, by a deepening of its heterogeneities. Such a situation present itself polarized, in two extremes the "territories for the production of wealth," at one extreme, by the other, the "territories of attractiveness" or income transference. In this context, if by one side all regions are increasingly subordinated to the logic of capital manifested in its excellence through the money, by the other, are different for both types of territories, the money, the modes of appropriation and uses that one makes of them. The Territory Jacuípe Basin has been increasingly structured and motivated by money generated from public transference and not by the production of wealth. This phenomenon induces changes in the systems of services, of production and in the reproductive as well. This result in a significant change in the social representation, which gives rise to a new rurality or new territories of life. The concepts of sociability, path, disembedding and money lead the work. It suggests that a study under this theme require an articulation between the daily and economics sociologies.

KEY WORDS: money, sociability, territory, path, disembedding.

INTRODUÇÃO

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência [...]. Ele tem que ser entendido como o território usado [...], como o chão mais a identidade [...]. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, Milton. O Dinheiro e o Território. In. Geografia. Ano I - N.º. I - Jan. - Jun. 1999. P. 8-9).

O ser humano é um ser situado num espaço-tempo, territorializado e produtor de territórios. Partindo dessa idéia, neste trabalho pretende-se estudar processos sociais de “desmanche” e de produção de “nexos sociais” e, conseqüentemente, de territorialidades. Sem perder de vista o conjunto do rural do semi-árido nordestino, foca-se num dos vinte e seis “territórios” da Bahia, o Território de Identidade Bacia do Jacuípe², localizado no semi-árido do estado; mais especificamente, foca-se em famílias de agricultores do território, “beneficiárias” do Programa Bolsa Família (PBF). Olha-se, assim, para um território marcado por índices clamorosos de iniquidades sociais, políticas e econômicas e, também, para um território em rápida transição entre dois modos de organizar/viver a vida: o primeiro, baseado no primado da agropecuária e da produção de riquezas; o segundo, regido por programas públicos de transferência de bens e, principalmente, de dinheiro, como o PBF, que, apropriado pela população local, reorganiza os seus sistemas sociais de produção e de apropriação de objetos que formam o chão das suas vidas, além dos sistemas de ações e de representações das populações locais, para quem o mundo aparece cada vez mais como algo alheio, indiferente, alienado. Olha-se, enfim, para os modos como o homem e a mulher comuns do território, apropriando-se e usando esse dinheiro, desmancham e produzem rotinas envolvendo esses novos sistemas de objetos e de representações.

Durante os últimos anos, foi produzida no Brasil uma enorme quantidade de estudos – encomendados pelo Estado ou induzidos por ele - com a finalidade de conhecer os impactos da implantação de novas instituições, principalmente estudos de programas e de políticas públicas de transferência de renda. Neste trabalho segue-se por outro caminho: ao invés de estudar os impactos das instituições (e, conseqüentemente, da ação do Estado) sobre as populações, pretende-se conhecer os modos como o homem comum da região se apropria dessas instituições, especialmente do dinheiro, como ele as assimila no seu sistema de vida. Mais que isso, pretende-se conhecer como a apropriação, o uso e a

significação do dinheiro oriundo de transferências públicas operam sobre os nexos sociais e na formação de territórios de vivências. Isso significa dizer que, no plano metodológico, primeiro, concebe-se o espaço-tempo da apropriação e do uso do dinheiro como um espaço-tempo marcado, ao mesmo tempo, por continuidades e descontinuidades e por encontros e desencontros; segundo, que esse tipo de abordagem pode contribuir significativamente para o desvendamento dos modos como os agricultores reinventam permanentemente o seu cotidiano produzindo novas sociabilidades, como eles se ressocializam nesses encontros/desencontros com sociabilidades estranhas, como se deixam assimilar sem se deixar tomar completamente pelo estranho, como agregam “fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno se ser consciência do todo e consciência, por isso, moderna...” (Martins, 2008: 44).

No processo atualmente vivido no semi-árido nordestino, cada vez mais o social assimila, permeia, cruza um estar reciprocamente relacionados com um estar subordinados a relações que subsistem independentemente dos indivíduos, ou como resultados do choque de indivíduos reciprocamente indiferentes, reificados³. Retomando as palavras do próprio Marx, nesse contexto pontificado pelo dinheiro, “*el vínculo social entre las personas se transforma en relación social entre cosas...*” (Marx, 1986: 85). Mas, se a vida do homem comum e, especialmente, a rotina da vida do agricultor familiar do semi-árido vem passando por transformações, a percepção desses deslocamentos não é necessariamente uma tarefa fácil. Como, então, apreender essa dinâmica?

Segundo Jessé Souza, para o entendimento adequado desses processos, é fundamental a realização de uma arqueologia do “arcabouço valorativo e institucional” do racionalismo ocidental, moderno, europeu, e de sua disseminação “universal” na forma de “artefatos prontos”, tais como “o mercado capitalista com seu arcabouço técnico e material e o Estado racional centralizado com seu monopólio da violência e poder disciplinador” (Souza, 2006: 25). Essas instituições foram assimiladas à vida cotidiana das populações como entidades materiais e reificadas, de modo que, hoje, para a sua reprodução, elas não requerem mais “um processo de aprendizado valorativo e emocional que são suas condições de existência”. O dinheiro é uma dessas instituições, provavelmente a mais poderosa, produto/ produtor da razão ocidental e, por extensão, de territórios, de *habitus* nos territórios - dos *habitus* primários, que tornam todos iguais, dos *habitus* secundários, que produzem o reconhecimento dos desiguais, e dos *habitus* precários, que produzem as exclusões - e da combinação entre esses sistemas de *habitus* (Souza, 2006: 37). O dinheiro é a instituição moderna que melhor expressa essa totalidade/universalidade intransparente, reificada.

Mas, o que é o dinheiro? De que dinheiro falamos quando falamos de dinheiro? Desde meados do século XIX, afirma Federico Neigurg (2007), na

sociologia e na antropologia, os estudos sobre o dinheiro passaram por vários momentos: 1) nasceram como tributários da abordagem da economia (que via o dinheiro como entidade universal, reificada, de modo que os dinheiros dos “povos primitivos” seriam, também eles, primitivos); 2) assumiram o caráter de estudos de casos (abordagem tributária da vertente funcionalista da antropologia, a partir da qual se reconhece as sociedades como formas heterogêneas situadas umas em relação às outras numa linha de progresso, inclusive no que concerne aos seus dinheiros); 3) introduziram o argumento poderoso sobre o caráter social dos laços reificados no dinheiro (a exemplo do que faz Georg Simmel, passando por Karl Marx); 4) propuseram uma distinção – no âmbito do seu uso - entre as “moedas modernas” ou “normais” e “as outras” moedas, “as moedas doentes”. Ao deslocar essa última visão das sociedades centrais para as periféricas, segundo Neiburg, é produzida “uma consciência fragmentada” sobre o dinheiro e, ao mesmo tempo, uma consciência hierarquizada, baseada em distintas lógicas ou racionalidades, que dividem os dinheiros locais entre “moedas sadias” (pautadas por usos supostamente racionais) e “moedas doentes” (de usos não racionais). A desigualdade social e, mais ainda, internacional, se desdobraria, desse modo, na desigualdade dos dinheiros e dos seus usos.

Pierre Bourdieu, em 1963, introduzindo a noção de *habitus*, dizia que “agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma re-invenção criadora que não tem nada a ver com uma acomodação forçada, puramente mecânica e passiva” (Bourdieu, 1979: 14). Mais recentemente, afirma Neiburg, antropólogos como Maurice Bloch e Jonathan Parry dispuseram-se, também eles, a romper com a suposta dicotomia entre o moderno e o não moderno nos estudos sobre o dinheiro: “a introdução do dinheiro moderno em sociedades tradicionais não teve o efeito de dissolver os laços sociais, produzindo a divisão radical entre pessoas e coisas que seria próprio do capitalismo” (Neiburg, 2007: 7). É retomada, assim, a idéia segundo a qual a realidade contemporânea é um permanente encontro e desencontro entre “moderno” e “não moderno”. Apesar disso, continua Neiburg, esses antropólogos não se dedicaram em momento algum a observar os usos do dinheiro.

A que imagens de poder e potência o dinheiro nos remete? Apesar de reificado, e exatamente por isso, o dinheiro vincula-se, sempre, à imagens de poder. Modos de estruturação, tipos de relações, posições e disposições dos atores individuais e coletivos, diferentes modos de gestão, são temas que, necessariamente, estão envolvidos nas produções das imagens sobre o dinheiro.

Giddens, retomando Simmel, afirma que “o papel do dinheiro está associado à distância espacial entre o indivíduo e sua posse” (Giddens, 1991: 28). Ou, de acordo com o próprio Simmel, “o poder do dinheiro de cobrir distâncias possibilita ao proprietário e à sua posse existirem tão afastados um do outro a ponto de cada

um poder seguir seus próprios preceitos numa medida maior do que no período em que o proprietário e suas posses ainda permaneciam num relacionamento mútuo direto, quando todo engajamento econômico era também um engajamento pessoal” (Simmel, 1978: 332-33).

O estudo do uso do dinheiro permite, assim, o reconhecimento da existência de universos socialmente descontínuos, contraditórios e funcionais ao mesmo tempo, formados por “agentes amplamente separados no tempo e no espaço” (o que promove a “distinção”, segundo Bourdieu, ou, segundo Souza, produz o *habitus* secundário); ao mesmo tempo, produz continuidades sociais dando origem a um estar subordinado a relações que subsistem independentemente dos indivíduos reciprocamente indiferentes, reificados (produz o *habitus* primário). Mas, além desses universos contínuos/descontínuos, a presença social do dinheiro produz, também, vinculações precárias com o campo, ou mesmo rupturas, não partilhamentos, exclusões (e, no plano da representações, o *habitus* precário). Enfim, na visão de Giddens, se, por um lado, a vida cotidiana é continuidade, já que está ligado às características do corpo humano e às suas trajetórias através do “ciclo vital”, por outro, ela é, também, descontinuidade e deslocamento.

O ser humano é um ser situado num espaço-tempo que tem as suas fronteiras demarcadas pelas suas “trajetórias”, ou cujas fronteiras “têm de se acomodar sob as pressões e as oportunidades que decorrem de sua existência comum no espaço e tempo terrestre” (Giddens, 2003: 143). As trajetórias se expressam, assim, pelo movimento dos agentes “entre objetos cujas propriedades interagem com suas capacidades (...), ao mesmo tempo em que aqueles interagem uns com os outros [...]. As interações de indivíduos movendo-se no tempo-espaço compõem ‘feixes’ [...] que se reúnem em ‘estações’ ou localizações espaço-temporais definidas, dentro de regiões circunscritas” (Ibid. 132). Os trajetos definem os contornos freqüentemente fluidos dos territórios individuais e sociais.

Os movimentos no tempo-espaço se traduzem, freqüentemente, como deslocamentos, rompimentos de rotinas, “desencaixes”. Giddens distingue dois tipos de mecanismos de deslocamento ou de desencaixe “intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas”: 1) As “fichas simbólicas”, ou os “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular. Vários tipos de fichas simbólicas podem ser distinguidos, tais como os meios de legitimação política” (Giddens, 1991: 25). Mas, entre as fichas simbólicas, o dinheiro seria, segundo Giddens, a mais poderosa, já que “possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço” (Ibid, 27) e, também, na medida em que reifica ou “dessocializa” as relações sociais. 2) Os “sistemas de peritos”, ou “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos

ambientes material e social em que vivemos hoje” e que se impõem, em grande medida, por meio de crenças que alicerçam vidas: a crença de que o que é dito pelos peritos é verdadeiro. Em outros termos, os “sistemas peritos são mecanismos de desencaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto” (Ibid, 31).

As “fichas simbólicas” e os “sistemas de peritos” se impõem pela confiança: “a confiança está, portanto, envolvida de uma maneira fundamental com as instituições da modernidade. A confiança está aqui revestida de capacidades não individuais, mas abstratas. Qualquer um que use fichas monetárias o faz na presunção de que outros, os quais ele ou ela nunca conhece, honrem seu valor. [...]. A confiança no dinheiro envolve mais do que um cálculo de fidedignidade de prováveis eventos futuros [...]. A confiança, em suma, é uma forma de ‘fé’ na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva”. (Giddens, 1991: 29).

Hoje, no semi-árido brasileiro e, especificamente, no Território Bacia do Jacuípe, para sobreviver, o agricultor familiar vem sendo permanentemente “convocado” a romper com a continuidade das rotinas e a inventar caminhos na sua relação com a nova institucionalidade - do dinheiro - que se impõe, a assimilar novos sistemas, a redescobrir-se permanentemente como um inconcluso, a forjar novos universos que se instauram “quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo sob a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição de necessidade de optar entre isto e aquilo, entre o novo e o fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional, de outro” (Martins, 2008: 20).

O argumento central deste trabalho é, portanto, o de que os programas públicos de transferência de renda, principalmente o Programa Bolsa Família, combinado com as Transferências Constitucionais Municipais e com o sistema de aposentadorias e pensões, vêm contribuindo significativamente para a instauração de um novo sistema de equilíbrio econômico-espacial que resulta em um novo desenho das territorialidades e numa nova heterogeneidade sócio-espacial, não mais pautada pelo grau de participação do território na produção de valor, mas, como aponta Davezies (2008), pela separação e combinação de “territórios de produção de riquezas” e “territórios de atratividade” ou de transferência de renda. O semi-árido brasileiro insere-se nessa dinâmica que envolve profundos deslocamentos histórico-sociais, de modo que regiões como a do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, marginal e precariamente inserido nas dinâmicas e nos sistemas de produção de valor, se constitui de modo cada vez mais evidente em “território de atratividade”. O Estado exerce, nesse processo, um papel central, através, principalmente, da produção de uma nova institucionalidade, da instauração de novos sistemas de institucionalidade e, assim, de novos *habitus*. O PBF, apesar

de não ser o responsável pela transferência do maior volume de recursos para o território, é a peça chave do novo modelo institucional em virtude do seu significado e do desenho que adotou: fundado em relações “diretas” e “distantes” entre Estado e “beneficiários”, os “beneficiários” são indivíduos e não coletivos sociais, explícita o desvinculamento entre renda obtida e produção de valor. A apropriação pelo homem e a mulher comuns do território dessa institucionalidade recoloca para eles o problema da sua inconclusividade, transformando a sua vida cotidiana em novo espaço-tempo permeado de encontros e desencontros, de continuidades e descontinuidades, o que se expressa na medida em que consideramos os seus sistemas de objetos, de ações e de representações sociais.

Em termos metodológicos, para a realização do estudo, no início de 2008, um grupo de pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com o projeto nas mãos, saiu para o campo. O objetivo principal era produzir conhecimentos a respeito da reprodução dos sistemas de “in-segurança” alimentar e nutricional no semi-árido. Entendia-se, então, que, para atender aos objetivos propostos, era necessário conhecer os processos de mudanças que vinham sendo introduzidos nos modos de produzir, adquirir, transformar e consumir alimentos. Para fazer isso, em termos estratégicos, o projeto elegeu o agricultor familiar como ator central no Território Bacia do Jacuípe, considerando que ele representa o segmento social mais empobrecido da região e que ele é, ao mesmo tempo, o seu maior produtor de alimentos. Do universo de agricultores familiares, como sujeito e interlocutor mais direto da pesquisa, foi escolhida a parcela mais empobrecida da população da região e, também, dentre os agricultores familiares, um grupo de 450 “beneficiários” (famílias) do Programa Bolsa Família (PBF). A pesquisa compreendeu três momentos: 1) a produção de mapas com base em dados secundários (oficiais) sobre os sistemas de produção de riquezas e de transferências públicas de recursos financeiros para o território; 2) a entrevista com 450 “beneficiários” (famílias) do PBF, envolvendo pelo menos três comunidades rurais de cada município do território; 3) a realização de “passeios investigativos” e de “rodas de conversas” num número significativo de comunidades que participaram da pesquisa.

Neste artigo, especificamente, pretende-se responder a seguinte indagação: que alterações são promovidas nas estruturas/dinâmicas das sociabilidades/territórios dos agricultores familiares no Território Bacia do Jacuípe, pela apropriação, uso e simbolização do dinheiro de programas públicos de transferência de renda como o Bolsa Família? Para responder a pergunta, o trabalho foi organizado em três momentos: 1) a apresentação do território Bacia do Jacuípe em termos de território de produção de riquezas; 2) a apresentação do mesmo território enquanto objeto de transferências públicas de dinheiro; 3) os novos sistemas de sociabilidade (sistemas de objetos, de ações e de representações sociais e, conseqüentemente, de vínculos sociais e de trajetos) resultantes da apropriação e uso do dinheiro do

PBF pelos agricultores familiares do território.

O TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE, IDENTIDADE PRODUÇÃO DE VIDA

“Num primeiro momento há um dinheiro local, expressivo de contextos geográficos limitados e de um horizonte comercial limitado [...]. Nesse primeiro momento, o funcionamento do território deve muito às suas feições naturais, às quais os homens e suas obras se adaptam com pequena mediação técnica, porque então as técnicas eram de alguma forma herdeiras da natureza circundante, ou um prolongamento do corpo [...]. Com a ampliação das trocas, a amplificação do comércio, com a interdependência crescente entre sociedades, com a produção de um número maior de objetos e de um número maior de valores a trocar, vem a complexificação do dinheiro, com o alongamento do seu uso e da sua eficácia. Para garantia da estabilidade da trocas e da produção de cada grupo, aparece a necessidade da regulação e o dinheiro começa sua trajetória como informação e como regulador” (Santos, Milton. O Dinheiro e o Território. In. Geografia. Ano I - N°. 1 - Jan. - Jun. 1999. P. 8-9).

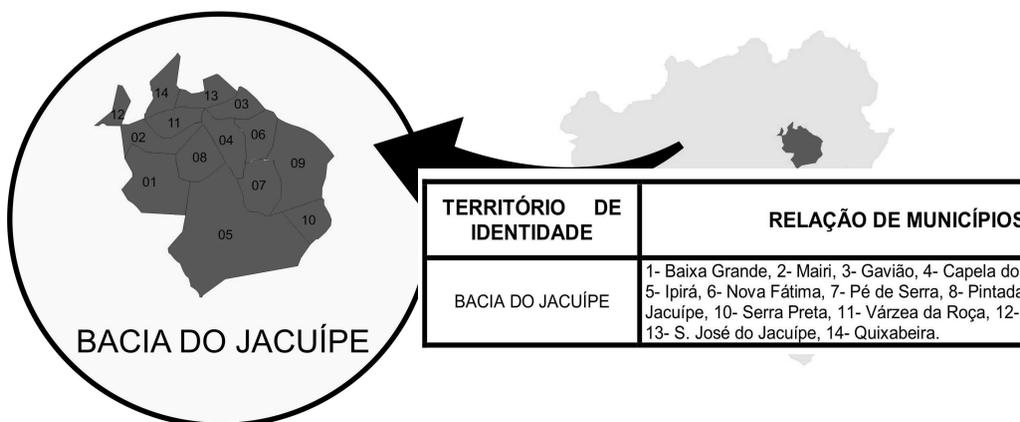
I. TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE – LINHAS GERAIS DO SEU PERFIL

O Território de Identidade Bacia do Jacuípe, localizado no semi-árido da Bahia, tem 10.954 Km² e 220.000 habitantes. Em 2000, nas cidades sedes dos seus municípios, a população variava entre 2.203 (Gavião) e 23.320 (Ipirá) habitantes, o que identifica o território como predominantemente rural e as suas cidades como vilas rurais. Outra característica marcante da região é a evasão de populações. Na Bacia do Jacuípe, exceto em Pintadas, os índices de evasão são significativos⁴: entre 1995 e 2006, o território perdeu 33,23% dos seus habitantes e o município de Riachão do Jacuípe perdeu 78%. Em 2000, mais de 58% da população do território residia no meio rural e, em alguns municípios, como em Baixa Grande, ela ultrapassava os 65%.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em dezembro de 2008, o território detinha um dos maiores índices de pobreza de todo o semi-árido do Nordeste (78% das famílias do território eram consideradas pobres) e, igualmente, um dos maiores índices de “beneficiários” do PBF (74% da população e 80% das famílias dos agricultores familiares do território são beneficiárias do PBF)⁵. Mais de noventa por cento (90%) dos agricultores do território e em torno de sessenta por cento (60%) da sua população são agricultores familiares. Entre 1991-2000, o Índice Médio de Desenvolvimento Humano (IDH)

do Território manteve-se relativamente baixo, comparado aos índices estadual e nacional; mas, ao mesmo tempo, em termos relativos, a sua variação positiva foi superior à de municípios até então melhor situados no *ranking* estadual⁶. Em Várzea da Roça, ele cresceu de 0,461 para 0,591; o município com IDH mais elevado em 2000 era Várzea do Poço, com 0,665 (nesse ano, o IDH médio da Bahia era 0,688 e o brasileiro era 0,766). Nos índices específicos, nesse período, o que mais cresceu foi o IDH-Educação e o de pior desempenho foi o IDH-Renda (que, provavelmente, vem melhorando durante a presente década por conta dos Programas Públicos de transferência de renda). No território, a taxa de analfabetismo é de 32 %, a de abastecimento de água é de 35,1% e a de esgotamento sanitário urbano é de 30,6%⁷.

BAHIA TERRITÓRIO DE IDENTIDADE



http://www.seagri.ba.gov.br/mapa_baciadojacuipe.pdf

Na Bacia do Jacuípe, o perfil hidrográfico é a chave para a decifração de algumas das suas homogeneidades/heterogeneidades. Hidrograficamente, o território é formado pelas bacias dos rios Jacuípe, Peixe e Itapicurú Mirim. O Rio Jacuípe é o mais importante do território, contribuindo com o abastecimento de água potável para mais de 80% dos seus municípios. Além disso, ele é responsável pelo

abastecimento da barragem de São José do Jacuípe, localizada entre os municípios de Várzea da Roça e São José do Jacuípe, que conta com uma área de 1.002 hectares propícios para irrigação e com capacidade de atender 300 produtores. O Rio Itapicurú Mirim é o único rio perene do Território e forma a Barragem de Pedras Altas. Os habitantes dos municípios localizados distantes desses rios padecem mais freqüentemente que os outros da escassez de água, embora morar próximo de um rio nem sempre signifique, no semi-árido, ter resolvido o problema de abastecimento de água.

Em termos de zoneamento agrícola, instrumento nem sempre benéfico aos agricultores familiares⁸, os municípios que compõem o Território Bacia do Jacuípe estão inseridos em duas regiões do Estado: o Piemonte da Diamantina (São José do Jacuípe e Quixabeira) e o Paraguaçu (os demais municípios). Nessas zonas, as produções agrícolas mais comuns são o milho e o feijão, que têm algumas das suas variedades oficialmente consideradas apropriadas para cultivo. A produção pecuária se destaca principalmente no município de Ipirá (bovinos); a produção de ovinos e caprinos, em geral de baixa qualidade e de pouca densidade, está disseminada em todo o território.

2. TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUIPE – A PRODUÇÃO DE VALOR

Em 2005, o PIB do Território foi de 524,58 milhões de reais: a área dos serviços era responsável por mais de 74% do total; os setores agropecuário e industrial detinham, respectivamente, em torno de 11% e 15%. O PIB *per capita* anual médio do território atingiu, nesse ano, R\$ 2.730,00 (baiano: R\$ 5.402,00; brasileiro: R\$ 8.694,00). Ao compararmos os dados do PIB *per capita* dos municípios no território, percebe-se que eram significativas as assimetrias existentes entre eles: o de Serra Preta, num extremo, era de R\$ 1.860,02, e o de São José do Jacuípe, no outro, de R\$ 3.260,84⁹.

O espaço rural do Jacuípe é formado majoritariamente por agricultores familiares¹⁰. Mais de noventa por cento (90%) dos agricultores do território e em torno de sessenta por cento (60%) da sua população são agricultores familiares. São detentores de pequenos estabelecimentos (com relação ao tamanho da área de terra e ao valor produzido), utilizadores de tecnologias bastante simples e responsáveis por uma produção de pequena escala, diversificada e destinada quase exclusivamente ao auto-consumo da família. Combinam a produção no estabelecimento com atividades realizadas fora, agrícolas ou não agrícolas, muitas vezes realizadas em regiões distantes, que contribuem para a melhoria da renda da família. Essas características constituem, talvez, uma das principais linhas de homogeneidade no território, envolvendo as regiões ribeirinhas e de sequeiro. Esses

estabelecimentos são distintos, no entanto, com relação aos tipos de solos, de produções (animal ou vegetal, irrigada ou de sequeiro), à proximidade de águas (o Rio Jacuípe e as barragens), à vinculação a estruturas institucionais (associativo, cooperativo), às atividades realizadas fora do estabelecimento e ao acesso a recursos financeiros de programas oficiais, principalmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

De acordo com dados do IBGE, a agricultura familiar participa, no território, com 93% dos estabelecimentos agropecuários, 54,6% da área (a área média desses estabelecimentos é de 19,2 hectares e 51,5% do total dos estabelecimentos têm menos de 10 hectares) e 66% do valor bruto do conjunto da produção agropecuária do território. O valor médio anual produzido por estabelecimento é de R\$ 1.101,81 (valor médio mensal de R\$ 91,81)¹¹. Isso significa que o Território Bacia do Jacuípe não se inclui entre os que são distinguidos, na Bahia, pela virtualidade do crescimento econômico; no âmbito da produção de riquezas ele pode ser definido de forma mais apropriada como um espaço marcado pelo “tempo lento” (Santos e Silveira, 2001: 262).

Considerando a produção agropecuária do território com base em séries históricas por produto, temos algumas surpresas: 1) considerando os principais produtos, a produção de 2008 é, aproximadamente, a mesma de 1990; 2) em 2000 houve um grande salto em termos de área plantada e de produto (no caso do feijão¹², a produção foi quase seis vezes maior que a de 1995); em seguida, inicia-se uma curva declinante atingindo, em 2007, patamar próximo ao de 1990; 3) a série histórica é marcada por grandes oscilações para a maior parte dos produtos e, considerando todo o período, pela constância.

O mais importante instrumento de incentivo à produção agropecuária no território é o PRONAF, com as suas várias linhas de financiamento¹³. O PRONAF seria o primeiro programa brasileiro que distingue a agricultura familiar de outras agriculturas. Mas, apesar de ser um programa com caráter nacional, com relação à distribuição dos recursos, na sua trajetória histórica, ele sempre teve maior presença em algumas regiões em detrimento de outras. Nos primeiros anos, ficou concentrado no Sul do país. Em 1996, foram incluídos no programa os primeiros municípios da Bahia, ampliando-se a sua abrangência a partir de 2000. Entre 2000 e 2005, na Bahia, o número de contratos cresceu em 148% e o valor total financiado aumentou em 192%. Com relação à Bacia do Jacuípe, em 1997 foram inseridos dois dos seus municípios no programam e, a partir de 2001, foram incluídos os demais municípios. Desde então, varia anualmente o número de contratos, o montante de recursos alocados e a média de recursos por contrato. Mas, é evidente que o valor total de recursos alocados no território é pouco significativo: em 2008, por exemplo, o PRONAF injetou em torno de R\$ 8.316.000,00 para 2.715 contratos (média de R\$ 3.063,00 por contrato); isso significa que menos de 10% dos estabelecimentos

familiares do território foram contemplados e que, considerando a média de valor alocado por contrato, pode-se afirmar que, do ponto de vista do Estado, a agricultura familiar do Território Bacia do Jacuípe não está incluída entre os potenciais produtores de riquezas da Bahia.

O Território de Identidade Bacia do Jacuípe não é, como se percebe, um território que se identifica na Bahia no campo da produção de valor; o território não se identifica, do mesmo modo, no campo do Estado, como um território para investimentos produtivos. No campo produtivo, é em termos de precariedade que ele se identifica. Exceto em alguns casos, como o da formação do Arranjo Produtivo Local Couro e Calçado de Ipirá e as transferências de recursos para comunidades e/ou associações de produtores do município de Pintadas, graças ao lugar que ocupa no cenário político atual da Bahia.

BACIA DO JACUÍPE, ESTADO E TRANSFERÊNCIAS DE RENDA

I. O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA – PROGRAMANDO PARA A PRODUÇÃO DE RIQUEZAS

A territorialização do espaço geográfico é povoada, em todo tempo, por representações que organizam a nossa visão e a inserção no mundo. Termos como riqueza e miséria, presença e ausência, projeto e anomia, são profundamente vinculados a essas representações. A modernidade capitalista nos fez aprender, por exemplo, que a presença de um território se mede pela sua riqueza (“a riqueza das nações”), pela capacidade e pela velocidade de produção dessa riqueza; ela seria dimensionada, também, pela capacidade do território de vender os seus produtos em outros territórios (“o que importa é exportar”). A riqueza serve, nesses termos, como o meio mais adequado para a classificação de um território, para situá-lo numa escala progressiva e, assim, para ressaltar ou negar a sua existência. Visto por essa perspectiva, o Território Bacia do Jacuípe faz parte do rol das regiões da Bahia marcadas pela apatia e pela estagnação: é um território rural e de produção para o auto-consumo; a produção é de baixíssima escala, de modo que não consegue sequer atender as próprias demandas de alimentos.

Mas, se, nas últimas décadas, o PIB agropecuário do território não apresentou grandes variações, o mesmo não ocorreu com relação ao IDH, que vem sofrendo mudanças significativas. Como entender isso? Em primeiro lugar, como indicam estudos recentes sobre a distribuição espacial da pobreza na Bahia, por um lado, ela tende a se concentrar em áreas metropolitanas (SEI, 2008); por outro, a dinâmica de desenvolvimento social tende a descolar-se do crescimento econômico e (SPE/SEPLANTEC, 2001). Essa tendência faria parte de um movimento

global. De acordo com Davezies, “o território não é apenas um fator de crescimento (*de riquezas*); é também um suporte de populações, uma comunidade humana para a qual o desenvolvimento não se expressa em termos de ‘produtividade dos fatores’ ou de ‘custos de transações’, mas apenas em termos de renda dos domicílios, de emprego, de desemprego e de pobreza [...]. Mais que o impulso da competitividade, é o da atratividade que aparece hoje como mais significativo para a saúde dos nossos territórios” (Davezies, 2008: 88).

O autor sustenta a hipótese de que, hoje, o equilíbrio geográfico do sistema capitalista mundial assenta cada vez mais na combinação entre territórios de competitividade (produção de riquezas e de competitividade) e territórios de atratividade (apropriação de renda). A existência desses últimos estaria vinculada, essencialmente, à capacidade do território de captação de renda por meio de aposentadorias, do pagamento de agentes públicos (empregos públicos) e de prestações sociais, sem o estabelecimento de vínculo com a eficiência produtiva do território. A produção da riqueza distribuída nesses territórios (de atratividade) é realizada nos primeiros (de competitividade).

O Território Bacia do Jacuípe fixa parte da sua população (residente) e capta rendas (valor produzido em outros territórios) na forma de recursos transferidos pelo Estado. Desde a década de 1950, intensificou-se no semi-árido brasileiro uma forma específica de presença do Estado: o Estado chamado “desenvolvimentista”. Como resultado: 1) foi deslocado o centro estruturante das representações sociais do rural para o urbano, transformando o rural no lugar do “tabaréu” e produzindo um novo sistema de “*habitus precário*”; 2) foram criadas as “ilhas de prosperidade”, aprofundando a heterogeneidade no território e favorecendo a emergência de um novo “*habitus secundário*”; 3) foi disseminado um novo sistema de institucionalidade pautado por relações sociais monetarizadas, dando origem a um novo “*habitus primário*”. Foi produzido um novo cotidiano, novo espaço de encontros/desencontros de mundos sociais que se revelam muito bem nos novos sistemas de objetos, de ações e de representações sociais.

Eric Sabourin (1999: 1), ao estudar esse processo, tomou como objeto de análise os deslocamentos produzidos no âmbito das organizações sociais dos agricultores. Historicamente, segundo o autor, o primeiro impacto nesse campo teria ocorrido no início dos anos 1980, com a criação dos “programas especiais de luta contra a seca”, que colocaram o Estado “nas trilhas das comunidades de base da Igreja Católica”. Iniciava-se, então, um processo de deslocamento de uma sociedade estruturada com base em relações de reciprocidade e de ajuda mútua, para uma sociedade baseada em estruturas “sócio técnicas” ou de “diálogo técnico”. Com isso, as redes de reciprocidade passaram a conviver, subordinadas, com as redes de intercâmbio mercantil, que envolvem duas “lógicas específicas de motivação da produção e da inovação [...] A integração ao mercado e à sociedade global

(administração, escola, igrejas, serviços técnicos) levaram a sociedade rural nordestina, os sítios e as comunidades a dotar-se de novas estruturas de representação e de cooperação, sem, portanto, abandonar (pelo menos completamente) os valores e formas de organização camponesa fundadas pela reciprocidade” (ibid. 5).

Natureza e técnica, produção e renda, reciprocidade e intercâmbio mercantil, comunidade e associação: o novo senso comum comporta essas contradições que são, ao mesmo tempo, funcionalmente integradas no cotidiano das famílias e das comunidades. Do ponto de vista dominante, o associativismo foi introduzido pelo Estado com a finalidade de resolver o problema da precariedade jurídica da institucionalidade do “pequeno produtor” e, desse modo, para dar segurança ao sistema financeiro prestador; mas, no sistema de representação do agricultor familiar, o associativismo é um mecanismo para o acesso a dinheiro¹⁴. A associação é criada e se mantém enquanto há promessa aceitável de transferência de dinheiro.

O ingresso desse dinheiro na vida cotidiana dos agricultores familiares da região perturba profundamente o seu cotidiano: é dinheiro do “governo” e do “banco” e, majoritariamente, repassado a “fundo perdido”; para obtê-lo, o agricultor precisa aprender o caminho do banco¹⁵. Esse dinheiro se distingue do dinheiro da venda de produtos (da sua roça) e da venda de “diárias”; é dinheiro da “associação” e não dinheiro da família. Mas é, essencialmente, dinheiro transferido com a finalidade de potencializar sistemas de produção para o “alívio da pobreza” (Ivo, 2008: 1121). Por esse meio, o agricultor familiar ingressa no campo do Estado e do banco, torna-se visível como ser coletivo (associado), que é produzido com base em relações de reciprocidade (onde o indivíduo existe). Enfim, nesse espaço de encontros/desencontros forjava-se um novo cotidiano, que cruzava “cidadãos coletivos” com “indivíduos”.

Considerando a sua trajetória histórica mais recente, é evidente, por um lado, que o Território Bacia do Jacuípe ficou pelo menos “residualmente à margem da racionalidade limitada do lucro” (Martins, 2008: 19) e dos grandes planos de desenvolvimento. No território não se produziu nenhuma “ilha de prosperidade”; a agropecuária do território não foi incluída nos processos de “modernização” do semi-árido, exceto marginalmente e pela via da perversidade (enquanto depositária de mão-de-obra para grandes empreendimentos produtivos do Sudeste do país); que os agricultores familiares do território, ao invés de serem reconhecidos como produtores de valor, o são como pobres/carentes, como beneficiários de programas de transferência de renda.

2. O NOVO ESTADO NO TERRITÓRIO – PROGRAMANDO PARA A TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A principal fonte de ingresso de dinheiro via programas de transferência pública e direta de renda, no território, são as aposentadorias e pensões. Conforme resultado de estudo apresentado no “Informe de Previdência Social”, em 2001, os recursos transferidos pela Previdência Social beneficiavam aproximadamente 47% da população do semi-árido do Nordeste e 78,5% da sua população rural (Sandi e Heringer, 2001), e transformavam a região numa espécie de “verdadeira ‘economia sem produção’ (...), uma vez que os beneficiários representam uma transferência direta de renda sem contrapartida de ‘prestação de serviços produtivos’ (...). Em outras palavras, os beneficiários da Previdência não produzem, mas se apropriam de uma parte da renda nacional. E a renda desta ‘economia sem produção’ chega a ser superior àquela gerada pela agropecuária tradicional, não podendo ser subestimada” (Sandi e Heringer, 2001)¹⁶.

No Território Bacia do Jacuípe, em 2007, viviam em torno de 50 mil famílias, 60% das quais estariam vinculadas a atividades rurais. Nesse ano, o número de benefícios, somando aposentadorias e pensões, era de quase 42.000; do total dos beneficiários, 83% eram agricultores; o total de recursos transferidos como aposentadorias e pensões para o território foi de R\$ 190.677.267,00. O dinheiro de aposentadorias/pensões envolve a quase totalidade das famílias de agricultores do território e contribui significativamente para a reconfiguração dos vínculos nas famílias (centralidade dos idosos).

A segunda maior fonte de transferências públicas para o território são as Transferências Constitucionais para os Municípios. Em 2006, a receita total dos municípios do território (próprias e transferidas) atingiu R\$ 172.680.000,00. Dois anos antes, em 2004, o conjunto dos municípios do território teve como receita total R\$ 123.145.422,44; as receitas próprias foram de R\$ 3.741.523,92 (3%). Em Quixabeira, nesse ano, a receita própria foi de R\$ 28.227,26. Quanto ao destino dessas receitas, o volume maior é destinado para as folhas de pagamento e para as despesas correntes, o que transforma esses municípios nos maiores contratadores de mão de obra assalariada do território. Não é raro ouvir que, nesses municípios, “quem não é aposentado é funcionário público”.

A terceira maior fonte de receitas por via de transferências no território é, certamente, o Programa Bolsa Família¹⁷. O programa inaugura um novo modelo de presença do Estado na sociedade. A respeito do seu significado, para as finalidades deste estudo, realçamos pontos. Primeiro, é um programa de transferência direta de renda para as famílias beneficiárias; ele resulta de “um esforço deliberado para estabelecer relações diretas com os beneficiários, inibindo a presença de intermediários sociais e governamentais” (Hevia, 2008.I: 5). Segundo, as relações

entre o Estado e os beneficiários são “distantes”, repercutindo, com isso, “sobre vários aspectos chaves das relações Sociedade-Estado: a capacidade de controle social, a assimetria do poder e a criação de espaços de discricionariedade que tornam vulnerável o programa em termos de clientelismo político” (Hevia, 2008.2: 19). Terceiro, o beneficiário é o indivíduo – ele está só diante do Estado; influenciados pelas tendências hegemônicas presentes nos debates sobre políticas públicas, os programas que antecederam o PBF, mesmo os de transferências públicas de renda (o “Comunidade Solidária”, por exemplo), tinham como beneficiária uma “categoria social abstrata” e propunham como finalidade o atendimento de “necessidades sociais e coletivas”. Quarto, o programa tem como objetivo, não o “alívio da pobreza”, mas o “alívio do orçamento familiar”, não a produção de valor (de uso ou de troca), mas o consumo. Ao impor esse novo modelo, o Estado brasileiro rompe com uma das mais importantes invenções da democracia brasileira das últimas décadas, a “participação cidadã” (Teixeira, 2000).

No Território Bacia do Jacuípe, em janeiro de 2009, o PBF tinha 35.698 famílias beneficiárias de um total de 48.142 famílias cadastradas (o número de famílias cadastradas é próximo do número total de famílias do território), de modo que em torno de 74% das famílias do território são beneficiárias do PBF. Provavelmente, 80% das famílias de agricultores familiares do território são beneficiários do PBF. O montante de recursos do PBF que ingressa mensalmente no território é de R\$ 3.170.322,00, o que significou, em 2008, R\$ 38.043.864,00. A média mensal de recursos por família beneficiada era de R\$ 88,80; ou, aproximadamente, R\$ 1.065,00 por ano (o valor médio mensal produzido na agricultura familiar do território é de R\$ 91,81).

As aposentadorias/pensões (Previdência Social), as Transferências Constitucionais Municipais e o PBF têm algo em comum: são institutos de transferência pública de dinheiro; a sua presença afeta profundamente, direta (caso das aposentadorias e pensões e do PBF) ou indiretamente (Transferências Constitucionais Municipais), a renda da população local, repercutindo na própria dinâmica do mercado local. O volume de recursos dessas transferências, comparado com o do PIB do território, é realmente significativo: em 2007, as transferências desses três segmentos (não são contabilizadas, aqui, as transferências feitas com base em diversos outros programas), somadas, ultrapassaram os R\$ 400.000.000,00; nesse mesmo ano, o PIB do território foi de R\$ 664.250.000,00. Embora não revelem tudo, esses números são índices significativos para se entender a configuração atual do território e, essencialmente, a significado disso na vida cotidiana das famílias de agricultores do território.

III. TRAJETOS E DESLOCAMENTOS – DINHEIRO E PRODUÇÃO DE NOVAS SOCIABILIDADES

“A modernidade se instaura quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo sob a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição de necessidade de optar entre isto e aquilo, entre o novo e o fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional, de outro” (Martins, 2008: 20).

I. RECOLOCANDO O PROBLEMA

Durante muito tempo, a história dos territórios foi escrita na perspectiva da produção de riquezas. Nessa perspectiva, também, foram elaboradas as políticas públicas, principalmente as políticas de desenvolvimento, e as próprias análises sobre os modos de estruturação e de mudanças nas redes de sociabilidades. Neste estudo sustenta-se que, atualmente, é necessário refazer o nosso arsenal teórico e metodológico se quisermos entender a realidade que vem sendo atualmente produzida. Entende-se, primeiro, que está em processo a instauração de um novo sistema de equilíbrio econômico entre os territórios; segundo, que os esforços do Estado brasileiro na perspectiva do desenvolvimento (que tem nos programas de transferências de recursos financeiros um dos seus mecanismos estratégicos) contribuem para o fortalecimento desse novo modelo de equilíbrio econômico dos territórios; que o novo sistema combina, ao mesmo tempo em que distingue, “territórios de produção de riquezas” e “territórios de atratividade”; que o Território de Identidade Bacia do Jacuípe é uma expressão evidente de “território de atratividade”; que o Programa Bolsa Família é o exemplo paradigmático do novo modelo institucional fundado em relações “diretas” e “distantes” entre Estado e “beneficiários”, tem no indivíduo o seu beneficiário e prioriza o consumo e não a produção. Mas, o entendimento desse processo passa, metodologicamente, pelo entendimento sobre como o homem comum do território se apropria e assimila esse modelo de institucionalidade, como ele se recoloca o problema da sua inconclusividade, como ele transforma a sua vida cotidiana num espaço permeado de encontros e desencontros, de continuidades e discontinuidades.

Tendo nas mãos os mapas do território Bacia do Jacuípe relativos à produção de riquezas e à transferência de valores, neste capítulo pretende-se conhecer – ainda de modo bastante rústico – como o agricultor familiar do território, beneficiário do programa Bolsa Família, vem se apropriando, usando e simbolizando o dinheiro deste programa. Para isso, após colocar sobre a mesa algumas informações obtidas na pesquisa de campo, que são cruzadas com as informações

apresentadas nos capítulos anteriores, é feita uma primeira análise das mesmas, organizando-as em três campos: 1) do dinheiro do território para o território do dinheiro; 2) dos deslocamentos no âmbito dos sistemas de objetos; 3) dos deslocamentos nos trajetos e nos sistemas de sociabilidade dos agricultores familiares do território.

2. COLOCANDO AS INFORMAÇÕES SOBRE A MESA

Para conhecer as formas de apropriação, uso e representação do dinheiro oriundo de transferências públicas – principalmente do PBF – foi realizada vasta pesquisa de campo, para o que se utilizou dois instrumentos: um amplo questionário (em torno de 300 variáveis), que foi aplicado em 448 domicílios de agricultores familiares beneficiários do PBF; a realização de observações (andanças, visitas, escutas) e de “rodas de conversas” em comunidades rurais dos municípios do território. Os domicílios pesquisados representam 2.002 pessoas, das quais 52,3% têm até 20 anos de idade. Esses domicílios contam com 1.123 benefícios originados da transferência pública de dinheiro (principalmente aposentadorias, pensões e PBF), o que dá uma média de 2,5 benefícios por domicílio. O PBF aparece em 471 casos, o que significa, em média, mais de um benefício (PBF) por domicílio; nesse programa, em todos os casos, a mulher é o beneficiário direto. Em segundo lugar aparece o Bolsa Escola (215 casos), em terceiro o Bolsa Alimentação (78 casos) e, em quarto, as aposentadorias e pensões (67 casos).

Das famílias que responderam ao questionário, 48,4% são proprietários das suas terras, 13,6% tem apenas a sua posse e as demais famílias são parceiras, agregadas ou comodatárias. Com relação à quantidade de terras por estabelecimento, 53,4% têm menos de 3,5 hectares e 88,9% têm até 8,3 hectares. Com relação ao acesso à água, apenas 13,2% das famílias estão integradas às redes de distribuição, 59,4% têm cisterna de bica ou tanque de cimento (água de chuvas) e 17,2% recolhem água para o consumo da família em açudes, barreiros ou represas. Além disso, 59,8% das famílias consomem água filtrada e 23,7% consomem água coada. Esses dados falam por si sós: em termos estruturais, estamos diante de uma situação marcada pela precariedade.

Com relação à produção agrícola, das famílias (domicílios) entrevistadas, 97,7% produzem feijão e, dessas, 96,7% o produzem exclusivamente para o auto-consumo. O mesmo ocorre com ralação ao milho; 94,7% das famílias produzem milho e, dessas, 97,3% o produzem para o auto-consumo. A única produção direcionada principalmente para o comércio é a de sisal. Mas, mesmo nesse caso, 35,3% das famílias responderam que produzem sisal para o auto-consumo. Na produção de animais, a situação não é muito diferente, exceto com relação à presença

desse tipo de produção: 47,2% das famílias produzem bovinos de leite e, desse conjunto, 87,3% o produzem unicamente para o auto-consumo. Quase toda a produção de aves é para o auto-consumo. Enfim, a produção agropecuária das famílias pesquisadas é precária, pouco diversificada e quase toda dedicada ao consumo pela própria família.

A pluriatividade, com a multifuncionalidade, (Anjos e Caldas, 2009; Sabourin, 2008), são dimensões históricas importantes na agricultura familiar do semi-árido do Nordeste. No território, conforme os resultados da pesquisa, o trabalho na produção agropecuária (no próprio estabelecimento) é combinado, em geral, com o trabalho assalariado (a venda de diárias feita no próprio território, o trabalho assalariado em outras regiões do país e o emprego público, em muito menor escala), a coleta de produtos na própria natureza (licuri, mel silvestre de abelhas...) e a pequena e precária produção de peças artesanais. Essa estrutura pluriativa no âmbito do trabalho requer, freqüentemente, a migração de membros da família, principalmente para o interior de São Paulo e Minas Gerais. A precariedade (preços, vínculos, condições de realização dos trabalhos) está presente na produção no estabelecimento (tecnologias, dependência dos ciclos naturais e das suas variações) e, também, em outras atividades produtivas (como na coleta) e nos diversos tipos de vínculos empregatícios. No coleta de licuri, por exemplo, que é realizada, em geral, por mulheres e crianças, o preço pago gira em torno de R\$ 2,00 por quilo (é a produção média diária de uma pessoa). Com relação ao preço da diária (venda de dias de trabalho que, em algumas comunidades rurais do território, é chamado "dia de macaco"¹⁸), que envolve principalmente os homens, como consequência da implantação do PBF (é o que dizem os beneficiários do programa e, também, os empregadores), vem sendo produzido no território um acordo tácito entre os trabalhadores estabelecendo um preço mínimo (passa de R\$ 15,00 para R\$ 20,00), dando origem a conflitos.

Com relação às mudanças nos hábitos alimentares, algumas informações produzidas pela pesquisa chamam a atenção: 1) os produtos tradicionais, como o feijão, a farinha de mandioca, o arroz, o feijão de corda e o fubá de milho continuam presentes nas mesas em praticamente todos os domicílios pesquisados; 2) produtos até recentemente considerados exóticos, como o pão, o macarrão, os embutidos industrializados, os produtos enlatados e as frutas, como a maçã e a uva, ingressaram no cardápio das famílias (o pão e o macarrão fazem parte do cardápio semanal de quase todas as famílias; os embutidos e os enlatados, de mais de 50% das famílias; as frutas aparecem em menor escala); 3) quase todas as famílias pesquisadas compram na cidade mais da metade dos produtos de consumo tradicional, mesmo o feijão e a farinha de mandioca (indica a precariedade da produção no próprio estabelecimento). Ou seja, se, por um lado, a pesquisa indicou a existência de uma linha de continuidade (mantém o consumo de produtos

tradicionais), por outro, detectou dois pontos fundamentais de deslocamentos: 1) os cardápios combinam produtos tradicionais com novos produtos; 2) mais da metade dos produtos alimentares consumidos são obtidos por meio da compra e não mais da produção direta.

Outro espaço que conheceu grandes deslocamentos nessas famílias pesquisadas foi o de bens duráveis. Nos últimos dez anos, 36,4% das famílias entrevistadas mudaram de domicílio transferindo-se, principalmente, para vilas e sedes de municípios no próprio território. Dois fatores contribuíram para esses deslocamentos: a insegurança (medo de assaltos e de “ladroagem”) e o acesso a “oportunidades de trabalho” (nas entrevistas e nas rodas de conversa não apareceram como indicativos da mudança de endereço o acesso à saúde e à educação). Além disso, muitas casas passaram por reformas financiadas por um programa governamental. Dos domicílios pesquisados, 74,3% têm luz elétrica (20,5% usam luz de querosene), 73,3% têm aparelhos de televisão (quase todos os que têm luz elétrica têm televisor), 46% têm geladeiras, 33% têm celulares e 23,8% têm motocicletas. Em 12,9% dos casos a motocicleta tornou-se o principal meio para o deslocamento para a cidade; apenas 0,9% das famílias continuam utilizando o lombo do animal para esses deslocamentos.

Esse quadro do território, cruzado com os anteriores (produção de PIB e transferências públicas de renda) e, principalmente, com os resultados das observações e das “rodas de conversas” realizadas ao longo do percurso investigativo, permite fazer algumas aproximações importantes com relação ao problema proposto para o estudo neste trabalho e que responde as seguintes perguntas: como os agricultores familiares do território se apropriam do dinheiro do PBF, usam esse dinheiro e produzem, a partir disso, novos sistemas de sociabilidade ou novas formas de vida cotidiana? Que deslocamentos vêm sendo produzidos e que novos trajetos e territórios são inventados?

3. SOBRE DESLOCAMENTOS E TRAJETOS: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

3.1. DO DINHEIRO DO TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO DO DINHEIRO

No semi-árido do Nordeste, na década de 1970, os agricultores familiares criaram Sindicatos de Trabalhadores Rurais com a finalidade de mediar as suas relações com o FUNRURAL para o acesso a benefícios de saúde e aposentadoria. Nos anos 1980, esses mesmos agricultores criaram associações (comunitárias) com a finalidade de mediar as suas relações com órgãos como a CAR e a EBDA para o acesso a benefícios de programas de desenvolvimento rural e de combate à pobreza. No primeiro caso, o beneficiário direto era a família do agricultor e o

vínculo com o Estado tinha caráter eminentemente “assistencialista”; no segundo, o beneficiário direto era uma organização (um ente abstrato) e o vínculo tinha caráter supostamente “desenvolvimentista” (produção de riquezas). O PRONAF faz parte dessa geração (desenvolvimentista), pelo menos num aspecto: tem como finalidade induzir a produção de valor e, mais especificamente, a produção de uma estratégia para a busca de um novo equilíbrio econômico como resposta a demandas sócio-políticas. Mas, nos dois casos, se, do ponto de vista do Estado, foram instituídas políticas públicas que tinham na “transferência” de bens, renda ou serviços a sua expressão mais evidente, do ponto de vista do homem comum da terra, instituições formais foram assimiladas e passaram a conviver e, em muitos casos, substituíram relações sociais de reciprocidade. Ou seja, o próprio Estado, na sua nova forma (como Estado desenvolvimentista), tornou-se onipresente na região.

Como resultado desse processo, atualmente, no Território Bacia do Jacuípe, 1) todos os municípios se tornaram sedes de sindicatos e, atualmente, são raras as comunidades rurais que não têm formalizadas as suas associações (o território tem em torno de 528 associações comunitárias e/ou de produtores registradas); 2) nas representações e nas práticas das populações locais, os sindicatos e as associações se mantêm fiéis às tradições que os constituíram: são meios para a obtenção de “benefícios” do Estado¹⁹; 3) essas organizações representam o acesso a uma institucionalidade que, entre outras coisas, reorganiza o cotidiano das famílias, alonga os seus trajetos e expande as fronteiras dos seus territórios, integrando-os no quadro do “diálogo sócio-técnico” (Sabourin, 1999), que se contrapõe, reorganiza e ressignifica, não extinguindo, as tradicionais relações de reciprocidade. Os agricultores apropriam-se e passam a usar sindicatos, associações, programas, agentes e órgãos do Estado, bancos e dinheiro do Estado/Banco²⁰ em seu benefício. O “alívio da pobreza” era o álibi.

Nos últimos anos, o semi-árido abre-se para um novo momento histórico: o da necessidade de “alívio do orçamento familiar”. É a era do PBF ou da transferência direta, distante, individual, de dinheiro para favorecer o ingresso dos beneficiários nos mercados como consumidores, não como trabalhadores. O semi-árido e, particularmente, o Território Bacia do Jacuípe ajusta-se ao novo momento no processo de produção/acumulação capitalista. O dinheiro é a chave, não o trabalho. Não se trata, portanto, de qualquer dinheiro. Não se trata, por exemplo, de dinheiro resultante da venda de bens produzidos nos estabelecimentos agropecuários familiares do território, nem de dinheiro obtido mediante a venda de força de trabalho; é dinheiro oriundo de transferência pública e que repercute no território “aliviando” o orçamento familiar dos beneficiários e, principalmente, inserindo-os nas dinâmicas do consumo. Uma vez por mês, o beneficiário toma o seu cartão e dirige-se ao caixa do banco; mesmo temeroso (o risco de não encontrar

dinheiro faz parte do jogo), ele acredita que, após digitar uma senha, o dinheiro aparecerá. Tudo é meio mágico. Dinheiro (mecanismo de desencaixe, ficha simbólica): confiança e medo. “Deus no céu, Lula na terra”: a expressão foi freqüentemente repetida nas “rodas de conversas”. Um agricultor, enquanto aguardava abrir a porta da sede do sindicato, nos perguntava: “o que vai acontecer quando Lula deixar a presidência?” A relação direta (Lula e o beneficiário), distante (Brasília e o beneficiário), é uma relação de confiança, que, em últimas instancias, traveste uma relação institucional em relação de reciprocidade, uma relação distante numa relação de proximidade. A relação do beneficiário com o programa (institucional) é, também, uma relação de medo, o medo de o dinheiro não aparecer. O medo está muito presente, aparece como algo muito difuso (a perda do vínculo com Lula), mas é, também, muito concreto, encarnado, em geral, em agentes do “poder local” (prefeitura, escola), agentes conhecidos e que seriam movidos (eles acreditam) por interesses contrários aos deles. Estaria em processo, assim, no semi-árido brasileiro, a produção de um dos mais profundos deslocamentos que se conheceu no campo das representações sociais (pelo homem simples) da política: o que era distante se torna próximo (confiança), o que era próximo se distancia (medo).

Tão importante quanto a tensão entre previsibilidade (confiança) e imprevisibilidade (medo) é o fato de que o PBF tornou-se benefício massivo envolvendo mais de 70% das famílias do território e contribuindo visivelmente para a produção de novos sistemas de relações econômicas, sociais e políticas. Primeiro, a “ralé” agora tem dinheiro e em volume tão significativo de modo que mexe com as dinâmicas dos mercados locais (mercado financeiro, de trabalho, de eletro-eletrônicos, de alimentos, da saúde, da educação...). Segundo, ao apropriar-se do dinheiro, o beneficiário do PBF, além de comprar comida, adquire uma longa lista de outros objetos reorganizando, desse modo, o seu sistema de objetos (o seu cardápio alimentar, os objetos da casa, os meios de locomoção, etc.), e, conseqüentemente, o seu modo de organizar a vida, as suas ações e representações, inclusive, a própria representações sobre o acesso, a apropriação e o uso de dinheiro e, especificamente, desse dinheiro. Terceiro, com o acesso ao dinheiro do PBF, segundo depoimentos ouvidos em “rodas de conversas” e, também, em conversas menos formais (sem rodas), é provável que esteja em marcha outro tipo de mudanças nas representações do homem comum do território: o dinheiro toma o lugar da produção para o auto-consumo e, assim, da terra. A produção no estabelecimento é descrita como um risco e, freqüentemente, como uma aposta inconseqüente: a natureza mudou, as terras perderam suas qualidades, as tecnologias que controlam são inadequadas. Ao perguntarmos se as famílias das comunidades preferem emprego ou terra, em diversas comunidades ouvimos que a preferência é pelo emprego: dá mais segurança e, com ele, pode-se comprar o que é necessário.

Enfim, de modo bem evidente, desde os anos 1970 e, principalmente nas duas últimas décadas, o que move território Bacia do Jacuípe não é mais, principalmente, a produção de valor de uso, mas o dinheiro e, essencialmente, dinheiro oriundo não da produção local (valor de troca), mas de transferências públicas, primeiro, com finalidades desenvolvimentistas (alívio da pobreza) e, mas recentemente, com finalidades de mover os mercados consumidores (alívio de orçamentos familiares pela transferência de renda).

3.2. DOS SISTEMAS DE OBJETOS DOMÉSTICOS (A CASA) E DO CARDÁPIO ALIMENTAR

A introdução da luz elétrica (está presente em mais de 70% das casas das famílias entrevistadas), além do dinheiro do PBF, favoreceu a produção de grandes deslocamentos nos sistemas de objetos domésticos e não domésticos no âmbito do território. Na casa, por exemplo, na longa tradição da região, os sistemas de objetos foram organizados em dois lugares (“estações” nos trajetos) principais: a cozinha e a sala. A cozinha – “estação” onde se ficava por longos períodos do dia – estava virada para o fogão (à lenha), que era um objeto localmente produzido e símbolo do sistema reprodutivo das famílias²¹. A nova cozinha é descentrada, combinando o fogão à lenha com o fogão à gás (constantemente presente nas casas, mas pouco usado em virtude do preço do gás), as prateleiras onde se guarda os alimentos misturam-se com a geladeira, os pratos e as panelas velhas estão juntos com outros novos, assim como as comidas tradicionais e as exóticas. Nesse território continua circulando a mulher, que é tida como a responsável maior pela reprodução da família.

A sala tradicional, por sua vez, era essencialmente voltada para fora, tinha a porta aberta para a frente da casa. Nela, em geral, encontrava-se um pequeno altar com algumas velas e estátuas dos santos da família, quadros ou recortes de revistas colados nas paredes e alguns tamboretos, bancos, cadeiras. A sala era o lugar onde se recebia as visitas: vizinhos, parentes e, principalmente, pessoas estranhas. A nova sala – da luz elétrica – olha para o televisor. As cadeiras e os bancos estão virados para o televisor e não para o altar, que tornam a sala a estação mais freqüentada da nova casa. As conversas com vizinhos vêm sendo substituídas pelo “olhar televisão”. A vida social fora de casa (reuniões, rezas...) se subordinam às demandas da televisão (novelas, programas), de modo que sair de casa se torna mais custoso. Enfim, na nova casa, a família tende a submeter-se aos seus novos objetos que acabam interferindo na organização da vida rotineira e dos trajetos.

As mudanças introduzidas no cardápio alimentar contribuem, também, para a reorganização dos sistemas de classificação e de representação dos alimentos.

Uma das queixas mais pronunciadas pelas mulheres participantes de “rodas de conversas” refere-se à crescente resistência das crianças e adolescentes em consumir alimentos tradicionais na região. A própria enunciação do nome de alguns desses alimentos nas rodas de conversas – tais como “bengo” (animal parecido com o sariguê), “fufu” (milho torrado e amassado no pilão) e “rabo seco” (mistura de farinha, pimenta e sal) - era misturada com risos e entremeadas de histórias. Pronunciar esses nomes envolve mistos de constrangimento e de vergonha. Esse tipo de constrangimento aparece, também, quando se compara alimentos produzidos no estabelecimento com alimentos comprados nos mercados. A menção de nomes de alimentos oriundos da cidade é feita sem travas. Está em processo, na região, uma dinâmica de reclassificação dos alimentos e de reorganização dos cardápios domésticos.

Essa situação, sentida por agentes de prefeituras e de ONGs locais, vem sendo objeto de reflexão e de tomada de decisões. Nas andanças pelo território, duas coisas chamaram a atenção nesse aspecto. Em Pintadas, após considerar que o próprio nome dado aos alimentos pode contribuir para inibir o seu consumo, uma das secretarias do município decidiu adotar como estratégia reinventar esses nomes e o próprio modo de fazê-los, dando a eles caráter de modernidade. Outra estratégia em evidência está centrada na promoção de cursos de capacitação para o aproveitamento (de modos novos) de produtos locais para a alimentação humana²².

Mas, enfim, inseridos numa nova realidade onde se cruzam relações de institucionalidade/reciprocidade e a produção de valor de uso/apropriação de dinheiro de transferências, o homem comum do território, figurado nos “beneficiários” do PBF, estão reinventando o seu cotidiano, os seus sistemas de sociabilidade e os seus trajetos e territórios de vida.

3.3. OS TRAJETOS E OS SISTEMAS DE SOCIABILIDADE

Essas mudanças nos sistemas de objetos e nos cardápios alimentares, bem como nos sistemas de representações, contribuem para a reorganização de todo o campo de sociabilidade local e dos trajetos dos indivíduos e das famílias de agricultores familiares do território. Com o PBF, opera-se um deslocamento extraordinário no interior da própria família. A mulher é, quase sempre, a beneficiária direta do programa, reorganizando profundamente a sua vida e as relações com os filhos e o marido. Primeiro, ela recebe dinheiro (em muitos casos, ela é responsável pela apropriação do maior volume de dinheiro da casa), o que, freqüentemente, repercute em mudanças nos sistemas de gastos da casa e na própria relação com o homem; segundo, ainda no interior da casa, ela torna-se responsável pelos provimentos nos campos da saúde e da educação dos filhos (as condicionalidades do PBF), já dentro de uma nova institucionalidade; terceiro, ela

ingressa em novas redes sociais e em circuitos comerciais.

Essas mudanças nas rotinas da vida começam a interferir nos modos de auto-representação das mulheres, como se notou nos seguintes casos: em Pintadas, antes do início de uma “roda de conversas” envolvendo um grupo de mulheres “beneficiárias” do PBF, uma delas disse o seguinte: “eu disse para o meu marido que tinha uma reunião sobre o ‘Fome Zero’ e que ele devia ficar cuidando das crianças”. Numa comunidade de Quixabeira, também numa “roda de conversas” com “beneficiárias” do PBF, travou-se longo debate sobre as mudanças que vêm acontecendo na rotina das mulheres com a criação do PBF: ela estabelece as prioridades no uso do dinheiro (alimentação, material escolar e roupa), ela anda mais (vai para a cidade pelo menos uma vez por mês), conhece mais gente, precisa saber mais coisas (ter maior volume de informações), faz e paga as compras em feiras, supermercados e farmácias, cuida dos requerimentos nos campos da saúde (PSF) e da educação (escola). Ampliou-se e complexificou-se, enfim, o seu trajeto (espaço-tempo) e alterou-se o seu lugar nos campos da família e da sociedade local, o que a insere em novos sistemas e em novas formas de contradições e de conflitos. Ela conserva, no entanto, um pé no local, na tradição, na sua longa vida. Os *habitus* primários e os *habitus* secundários da longa tradição são, enfim, colocados em questionamento; opera-se uma reestruturação em termos de posições e de disposições nos campos sociais. E, é claro, apesar das suas resistências, com isso mudaram, também, os sistemas de rotina dos homens e das crianças na casa.

Com o PBF, a própria agricultura familiar, no seu conjunto, vem conhecendo deslocamentos com relação à sua posição na sociedade local e, também, com relação às suas disposições ou nos seus sistemas simbólicos: 1) os agricultores familiares são cada vez menos reconhecidos como “agricultores” (classificados com base no local de residência e na atividade que exercem) e mais como beneficiários do Programa Bolsa Família; 2) eles estão entre os atores que mais contribuem para a movimentação do comércio local; 3) eles – enquanto famílias – estão, agora, integrados em novas redes institucionalizadas, como as da educação, saúde e assistência social; 4) a existência, a circulação e o uso de dinheiro com as suas condicionalidades, além das mudanças nos trajetos e nos sistemas de objetos (presença da moto e do celular) vêm produzindo alterações na própria infraestrutura de locomoção e de serviços no território; 5) o fato de o programa (PBF) focalizar o indivíduo (a família) e não a organização social (associação, sindicato), acaba tornando desnecessária a organização, pelo menos nesse patamar; os sindicatos vêm se tornando na região, cada vez mais, organizações de aposentados, e as associações são “úteis” apenas quando transformadas em mediadoras de repasses de recursos (muito escassos); 6) uma das principais mudanças que vem ocorrendo no território após o PBF se situa no campo da política: com o estabelecimento de vínculo direto entre governo federal e família (beneficiário), onde mais de 70%

das famílias são beneficiárias, a política local vem perdendo a sua relevância, torna-se algo distante e representa o controle, causa medo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos espaços-tempos dos agricultores familiares do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, a rotina cotidiana vem sendo atualmente marcada pelo encontro/desencontro entre a precariedade – dos sistemas de produção, de direitos/segurança cidadã, de consumo - e a relativa grandiosidade - dos programas de transferência pública de renda -, ou pelas relações entre sistemas tradicionais de sociabilidade, pautados por relações de reciprocidade, e sistemas modernos, formais, institucionalizados. A vida rotina se esboça, localiza e escorre exatamente nesse espaço-tempo tenso, meio híbrido, de encontros e desencontros, de continuidades e descontinuidades nos seus sistemas de objetos (a produção e a disposição de objetos), de ações e de representações: 1) a região continua marcada pela pobreza e pela exclusão e, conseqüentemente, pelo encontro/desencontro entre três sistemas de *habitus* sociais, os *habitus* primários (da indistinção), os *habitus* secundários (da distinção) e os *habitus* precários (da exclusão); 2) no contexto amplo das relações com outros territórios, o lugar do Território Bacia do Jacuípe se define não no quadro da produção de riquezas, mas como beneficiário na distribuição pública de renda; 3) com a crescente apropriação de dinheiro dessas transferências pelos agricultores familiares e, especificamente, pelas mulheres, alteram-se as posições e as disposições dos diversos atores nas famílias, nos municípios, na agricultora familiar e no próprio território; 4) o território é um campo profundamente marcado pelo encontro/desencontro entre uma sociabilidade fundada em relações de reciprocidade e outras constituídas em termos formais ou institucionais que, entre outras coisas, alongam e tornam mais complexos os trajetos dos atores sociais; 5) em síntese, o território vem ingressando na modernidade capitalista não pelo circuito da produção, mas da redistribuição, dando origem a uma nova ordem econômica, política e social²³.

Esses deslocamentos repercutem, também, sobre o lugar das escalas dos trajetos dos atores no território e, nele, sobre os sistemas de objetos, de ações e de representações. O dinheiro, originado não da produção local, mas de transferências públicas de renda, e, principalmente, os modos como esse dinheiro vem sendo apropriado pelas famílias no território, constitui-se no fator determinante dessas mudanças. Os agricultores familiares beneficiários do PBF, de modo tácito ou não, ao apropriarem-se e usarem o dinheiro dessas transferências, asseguram a produção de novas redes de sociabilidade fundadas na troca e na circulação do dinheiro, produzindo e naturalizando novos sistemas de objetos, de ações, de relações e de representações sociais. Mas, ao mesmo tempo, conservam e

reproduzem tradições, objetos, relações, ações. Essa relação entre as motivações imediatas e os seus resultados é característica do encontro/desencontro de atores, de motivações, de ações e, enfim, de um novo espaço-tempo. O PBF revela, portanto, entre outras coisas, um desencontro entre os que uns (beneficiários) precisam e o que outros (Estado) querem.

Essas novas discontinuidades e continuidades revelam, enfim, a emergência de uma nova vida cotidiana, de novas rotinas, de novos sistemas de *habitus*, de novos estilos e formas de conduta familiares, que reificam um novo espaço-tempo e, nele, os trajetos dos atores que produzem, assimilam e naturalizam novas instituições que alongam o seu trajeto, o alcance dos seus corpos, o espaço das suas atividades e de suas representações sociais. Esse novo cotidiano, por um lado, assimila e produz novos projetos individuais e coletivos, novos espaços-tempo, novos territórios, com novas escalas, requerendo dos atores o exercício de uma permanente readaptação; por outro, ele transforma sujeitos ativos em consumidores passivos, cidadãos produtores em cidadãos consumidores, criatividade em anomia.

NOTAS

¹ Doutor (PhD) em Sociologia pela Université du Québec à Montréal (UQAM), professor na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), coordenador do grupo de estudos e pesquisas “Territórios, hegemonias, periferias e ausências” (Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq).

² O Território Bacia do Jacuípe, situado na região semi-árida da Bahia, compreende 14 municípios: Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea do Poço e Várzea da Roça. A organização do estado em territórios, desmanchando o modelo anterior de regiões administrativas, teve início na Bahia em 2003 e foi concluído em 2006; em 2007, ela foi incorporada pelo governo do estado nas suas estratégias de planejamento do desenvolvimento. Ver: http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html.

³ “La dependencia mutua y generalizada de los individuos recíprocamente indiferentes constituye su nexos social. Este nexos social se expresa en el valor de cambio, y solo en este la actividad propia o el producto se transforma para cada individuo en una actividad o en un producto para el mismo. [...]. Su poder social, así como su nexos con la sociedad, lo lleva consigo en el bolsillo. [...]. En realidad, esta es una situación muy distinta de aquella en la cual el individuo, o el individuo natural o históricamente ampliado en la familia o en la tribu (y luego en la comunidad), se reproduce sobre bases directamente naturales, o en las que su actividad productiva y su participación en la producción está orientada hacia una determinada forma de trabajo y de producto, y su relación con los otros está determinada precisamente de ese modo” (Marx, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política – Grundrisse - 1857-1858. 14^a

Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986. P. 84).

⁴ A migração no território é, em grandes proporções, de caráter sazonal (complementação de renda). Além disso, muitas famílias estão migrando do campo para a cidade na própria região, o que se deve, em geral, à vulnerabilidade das famílias "beneficiárias" de programas como o PBF às ações de ladrões.

⁵ Em dezembro de 2008, havia 35.698 famílias beneficiárias; em agosto de 2009, este número subiu para 37.985 (o que provoca um impacto significativo nos índices relativos, certamente).

⁶ Nos últimos anos, vem mudando o perfil da relação PIB-IDH em grande parte dos municípios do semi-árido. Ver: SPE/SEPLANTEC. A Espacialização da Pobreza no Território Baiano. In. A Espacialização do Desenvolvimento Social no Território Baiano. Série Políticas Públicas, n. 2. Salvador, 2001.

⁷ Ver: J. Freitas. "Deputada Neusa realiza encontro com prefeitos da Bacia do Jacuípe" (03/04 2009). In. http://www.noticiacapital.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1291:deputadaneusa-

[realiza-encontro-com-prefeitos-da-bacia-do-jacuipe](http://www.noticiacapital.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1291:deputadaneusa-realiza-encontro-com-prefeitos-da-bacia-do-jacuipe)

⁸ Para acesso ao Plano de Safra do Território: http://serv-sdt-l.mda.gov.br/sit/biblioteca_virtual/pst/pst_territorio014.pdf. Sobre cultivares apropriados ao território: http://www22.sede.embrapa.br/snt/html/noticias/ano2009/agosto2009/noticia_13082009.htm.

⁹ Em São José do Jacuípe está localizada a barragem do Jacuípe, com área de irrigação. Pintadas, outro município, se destaca na dimensão social (organização associativa e cooperativa), que contribui para a atração de recursos financeiros de programas públicos de desenvolvimento; no entanto, o seu PIB *per capita*, em 2005, era de R\$ 1.964,45, um dos mais baixos do território.

¹⁰ O termo "agricultura familiar" pauta, hoje, grandes debates teóricos e políticos organizados, em grande medida, em torno de dois conceitos: pluriatividade e multifuncionalidade. Ver: **SABOURIN**, Eric. Camponeses no Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

¹¹ Na Bahia, a agricultura familiar envolve 89,1% dos estabelecimentos agropecuários, 38,1% da área e 39,8% do valor produzido. Apesar disso, na Bahia, a média anual de valor produzido por estabelecimento familiar é de R\$ 1.344,02 (R\$ 112,00 mensais), cifra superior à da média no território Bacia do Jacuípe.

¹² Em 2005, a área plantada de feijão diminuiu em 14% e a produção em 5%; a área da mandioca diminuiu em 25% e a produção aumentou em 523%; a área plantada de milho aumentou em 1% e a produção em 12%. Segundo depoimentos de agricultores da região, o ano 2007, ao contrário dos anteriores, teria sido um mau ano. Para o feijão, em 2006, a produtividade média no território foi de 629,75 Kg/ha. Em Baixa Grande ela atingiu 840 Kg/ha e, em Gavião, não passou de 270 Kg/ha.

¹³ Há dois tipos de políticas para a agricultura: Políticas macroeconômicas; Políticas setoriais, que compreendem: 1) políticas agrícolas; 2) políticas agrárias; 3) políticas de desenvolvimento

rural (Delgado, Nelson Giordano. Política econômica, neoliberalismo e agricultura. In. Costa, Luiz Flávio de Carvalho et al. (Org.) Mundo rural brasileiro. Ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2008. P. 199-238. O PRONAF foi concebido como uma política de desenvolvimento rural (Schneider, Sérgio et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In. Schneider, Sérgio et al. (Org.). Políticas Públicas e Participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. P. 21-50).

¹⁴ De acordo com o Movimento de Organização Comunitária (MOC), em 2007, o Território Bacia do Jacuípe tinha 528 organizações associativas, cooperativas e sindicais (MOC. Plano de Safra Territorial do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe do Estado da Bahia produzido em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. In. http://serv-sdt-l.mda.gov.br/sit/biblioteca_virtual/pst/pst_territorio014.pdf). Com relação ao significado dessas organizações, em depoimentos pronunciados durante a realização da pesquisa, “beneficiários” do PBF diziam: “o povo só se reúne quando tem notícia de dinheiro chegando”.

¹⁵ Ver: Favero, Celso Antonio. Bengalas e Campos de Tensões: as Organizações Camponesas na Bahia. UFBA. Dissertação de Mestrado. 1991. No início dos anos 1990, diferentemente do que ocorre hoje, o financiamento da agricultura familiar (pequena produção camponesa) tinha como captadores sujeitos coletivos ou associativos; nesse mesmo tempo, a unidade captadora de financiamentos na agropecuária empresarial era o indivíduo proprietário.

¹⁶ O termo “economia sem produção” é, evidentemente, inadequado; a transferência de renda se explica, necessariamente, quando inserida em uma totalidade contraditória que é o sistema social de produção de valor. O termo “economia sem produção” tem sentido apenas no âmbito de uma geografia econômica na medida em que se desvincula o território de uma totalidade que, realmente, o faz existir como território.

¹⁷ Existe, hoje, uma quantidade relativamente grande de estudos sobre o PBF. Desses, destacamos: 1) **WEISSHEIMER**, Marco Aurélio. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006. 2) a série de artigos publicada pelo MDS, principalmente os dois artigos de Filipe Hevia <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/8P.pdf>.

¹⁸ O termo “dia de macaco” apareceu pela primeira vez durante a pesquisa em uma comunidade quilombola; é um termo de uso antigo na região e portador de caráter discriminatório e racista.

¹⁹ Atualmente, nos Sindicato de Trabalhadores Rurais do território, raramente aparecem outras demandas que não a assistência média ou previdenciária; a maioria das associações, por seu turno, só consegue reunir os associados “quando anuncia distribuição de dinheiro”.

²⁰ Durante o processo de pesquisa, numa pequena cidade ouvimos de um agente da prefeitura a seguinte consideração: “aqui, quem não é aposentado é funcionário público”.

²¹ A casa era símbolo da reprodução. Numa das muitas andadas pelo sertão, em determinado momento, estávamos sentados à sombra de uma árvore esperando o início de uma reunião. Indagando sobre onde seria realizada a reunião, ouvi de um homem a seguinte resposta: “aqui

na sombra da árvore, pois a casa é lugar de mulher e de criança; essa é uma reunião para homens e homem vive da porta da casa pra fora”.

²² “Mulheres produtoras de 18 municípios dos Territórios Bacia do Jacuípe e Sisal estão reunidas desde o dia 22 de setembro no Centro Diocesano Papagaio, em Feira de Santana, participando do Curso de capacitação sobre culinária regional e artesanato em tecido, que prossegue até o dia 24 de setembro. No total, 30 mulheres estão aperfeiçoando as principais receitas vendidas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como bolos, sequilhos e polpa de frutas. No artesanato, as produtoras estão experimentando a confecção de novos modelos de bolsas. Ainda nos dias 25 e 26 de setembro elas participam do curso em técnicas de comercialização, aprendendo como inserir os produtos da agricultura familiar e o artesanato regional no mercado. O curso será ministrado por integrantes do MOC e da Rede de Produtoras da Bahia, como parte das atividades do Projeto Mãos que Trabalham, patrocinado pela Petrobras”. In. http://www.moc.org.br/boletim/boletins_exibir.php?exibir=168

²³ “As lutas agrárias têm sido expressões autodefensivas e conservadoras das vítimas da desagregação do velho regime e de suas injustiças sociais. Tornaram-se uma força involuntariamente auxiliar do surgimento e disseminação de uma nova ordem econômica, social e política baseada no lucro (e não na renda fundiária), na igualdade jurídica de seus membros (e não na desigualdade de nascimento das pessoas) e na democracia representativa (e não na dominação patrimonial e pessoal)” (Martins, 2009).

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, Flávio Sacco e **CALDAS**, Nádia Velleda. A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva. In. Revista THEOMAI/THOEMAI Journal. Estudios sobre sociedad y desarrollo. N. 20, 2009. <http://revista-theomai.uno.edu.ar/NUMERO20/2ArtAnjos.pdf>.

BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DAVEZIES, Laurent. La République et ses Territoires. La circulation invisible des richesses. Paris: Seuil, 2008.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. A constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HEVIA, Filipe. Relaciones lejanas. Cantidad y calidad de información que poseen los beneficiarios sobre el programa Bolsa Familia. Brasília: MDS, 2008. In. <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/8P.pdf>.

HEVIA, Filipe. ¿Relaciones directas o mediadas? Participación ciudadana y control social en el programa Bolsa Familia. Brasília: MDS, 2008 In. <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/8P.pdf>.

IVO, Anete. Políticas sociais, pobreza e trabalho: dilemas do bem-estar em países de capitalismo periférico. In. Bahia Análise e Dados, Políticas sociais – a Constituição de 1988 preconiza, em termos de modelo, políticas universalistas.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: Modernidade e História na modernidade anômala*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

Marx, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política – Grundrisse - 1857-1858*. 14ª Ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

NEIBURG, Federico. *As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro*. Mana (On-line). 2007. Vol. 13, N. 1, P. 119-151.

SABOURIN, Eric. *Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido*. Artigo apresentado ao 37º Congresso da SOBER, Agosto de 1999, Foz do Iguaçu, Paraná.

SABOURIN, Eric. *Camponeses no Brasil. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro*. In. Tempo da Ciência. Vol 15, n. 29, 2008. P. 57-72.

SANDI, Ricardo Dinarte e **HERINGER**, Luiz Pésio. *A Previdência Social nos municípios do Semi-árido Brasileiro*. In Informe de Previdência Social, Agosto 2001. Vol. 13, n. 8.

SANTOS, Milton e **SILVEIRA**, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991-2000)*. Série estudos e pesquisas, 79. Salvador: SEI, 2008.

SIMMEL, Georg. *Philosophy of Money*. London: Routledge, 1978.

SOUZA, Jessé. *A gramática social da desigualdade brasileira*. In. SOUZA, Jessé (Org.) *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. P. 23-54.

SPE/SEPLANTEC. *A Espacialização do Desenvolvimento Social no Território Baiano*. Série Políticas Públicas, Nº 2. Salvador, SPE/SEPLANTEC, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *Sociedade civil e participação cidadã no poder local*. Salvador: UFBA, 2000.